

Questão Discursiva 06022

GRUPO III: DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO CONSTITUCIONAL

SEGUNDA PARTE

QUESTÃO 04

Derrubando o veto do Chefe do Poder Executivo, o Poder Legislativo aprova lei que, em causa

própria, anistia multas aplicadas a parlamentares pela Justiça Eleitoral. O Ministério Público ajuíza ação civil pública em desfavor dos parlamentares que, multados em razão do descumprimento da legislação eleitoral, votaram, em causa própria, pela aprovação do projeto de lei.

Tendo em conta o exemplo supracitado, responda: é possível falar-se em improbidade na produção normativa? Caso afirmativa a resposta, que consequências adviriam para os parlamentares? Justifique a resposta.